



CONCEITO DE UNIVERSIDADE SUSTENTAVEL

AMÉLIA CAMARGO PEREIRA, RAQUEL DE OLIVEIRA FARIA LOPES

RESUMO

A preocupação da relação dos seres vivos para com o meio ambiente e os seus impactos acometidos, vem sendo alvo de reflexão ao longo dos anos. No século passado, o reconhecimento da importância de alcançar o desenvolvimento em equilíbrio com a natureza e seus recursos não renováveis começou a ganhar mais notoriedade em um panorama global. Em 1972, a pedido do Clube, um grupo de cientistas do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) desenvolveu um relatório com o título de “Limites do Crescimento”, onde enfatizava a inviabilidade de um crescimento contínuo e conscientizava a respeito dos danos ambientais e a necessidade de um crescimento sustentável. No mesmo ano, a ONU organizou a primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente em Estocolmo na Suécia, a fim de incentivar e promover o desenvolvimento sustentável nos países. As instituições de Ensino Superior (IES) promovem formadores acadêmicas e profissionais, avanços nas áreas de tecnologia, saúde, humana e ambiental através de pesquisas científicas, disseminando o conhecimento científico, humanístico e técnico, além de promover a cidadania através de programas e projetos universitários, em que se coloca em prática os conhecimentos adquiridos no intuito de resolver problemas reais e promover mudanças positivas, aproximando a sociedade da comunidade acadêmica. Diante disso, muitas universidades reconheceram seu papel no incentivo de novas práticas e promoção da formação da conscientização do desenvolvimento sustentável, juntamente com a Educação Ambiental, para a sociedade mais informada, justa, igualitária e sustentável, procurando meios de implementar ações mais sustentáveis nas suas instituições. As universidades que trabalham a fim de melhorar suas instituições, promovendo com o desenvolvimento sustentável no âmbito acadêmico, são conhecidas como Universidades Sustentáveis (US), sendo inspirações para as demais e reconhecidas em rankings mundiais de Universidades Sustentáveis.

Palavras-chave: Universidade Sustentavel, Conceitos US, Desenvolvimento Sustentavel nas Universidades, Educação Ambiental nas IES.

1 INTRODUÇÃO

O conceito de desenvolvimento sustentável e sua importância foi abordado pela primeira vez em 1983, publicado no documento intitulado *Nosso Futuro Comum*, também conhecidos como Relatório de Brundtland, resultado da conferência em 1983 presidida pela primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland, que tinha como os principais objetivos reavaliar as questões críticas ambientais, reformular propostas mais realistas e promover a cooperação internacional (*Nosso Futuro Comum*, 1991 p.70). Quando o relatório foi finalmente finalizado afirmava que o “Desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E

DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 46).

E apenas em 1992, no Brasil, durante a Conferência da Nações Unidas conhecida como Eco-92, foi assinado o documento Agenda 21, o qual promove a educação, a consciência pública e reorientação a educação em relação ao desenvolvimento sustentável, além de tornar notório o papel das instituições de ensino superior perante o desenvolvimento sustentável. E a partir de então, nas últimas décadas, vêm sendo abordado mundialmente o papel da Educação Ambiental presente nas Instituições de Ensino Superior (IES) e das universidades, além do surgimento de uma nova classificação de universidade: as Universidades Sustentáveis (US).

A Declaração de Taillores, assinada na Universidade de Tufts, em Talloires na França, por vinte líderes universitários de diversos países interessados no bem do meio ambiente, incentiva e alerta os cidadãos sobre a responsabilidade ambiental, a criação de uma cultura de sustentabilidade universitária e a prática da ecologia institucional. Não há uma definição específica do que seria uma Universidade Sustentável, mas existem diretrizes gerenciais que podem ser tomadas para que a universidade se torne uma, pelo estabelecimento de “uma cultura de sustentabilidade e formar cidadãos ambientalmente responsáveis, a partir da prática da sustentabilidade no dia a dia do campus, na pesquisa, na educação e na relação com a sociedade” (BIZERRIL; ROSA; CARVALHO, 2018, p. 425).

A inclusão da Educação Ambiental (EA) como dimensão essencial da cidadania no capítulo do Meio Ambiente da Constituição Federal de 1988 promoveu solo fértil para a elaboração do Plano Nacional de Educação Ambiental e para a Política Nacional de Educação Ambiental instituída pela Lei 9.795 de 1999 (PNEA). No capítulo I, Art. 2º da Lei 9.795 de 1999, é determinado que a EA deve estar presente de forma articulada em todos níveis e modalidades de ensino em caráter formal e não formal e em seu Art. 13, é definido como EA não formal “as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente”. A PNEA estabelece ainda, em seu Art. 4º, como princípios básicos da EA, que esta deve apresentar um enfoque holístico e considerar o meio ambiente em sua totalidade, ou seja, em comunhão com o meio natural, social, econômico e cultural dos territórios (BRASIL, 1999). Mayor (1998) já afirmava que a educação é a chave do desenvolvimento sustentável e autossustentável. Dessa forma, trabalhando na conscientização da população sobre a importância e necessidade de conseguir tirar nosso sustento dos recursos naturais sem, contudo, esgotá-los, de forma a assegurar que as futuras gerações ainda possam sobreviver com esses recursos. Uma excelente forma de trabalhar com a população é justamente o meio universitário, pois serão alcançados os discentes e docentes da instituição, formando profissionais que estrarão no mercado mais conscientes, e a população em geral em forma de projetos de extensão universitária. Portanto as US juntamente com a implementação da educação ambiental no sistema de gestão ambiental (SGA) acadêmico são as principais bases para o desenvolvimento sustentável, pois incentiva e insere a sociedade ao estilo de vida mais sustentável, levando-as a compreensão melhor da relação que temos com a natureza e da ética que a envolve.

Em 2015, os países membros das Nações Unidas se reuniram para deliberar sobre a nova agenda universal para a sustentabilidade - a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (PNUD, 2016). A agenda é composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) interconectados, desdobrados em 169 metas, com objetivo de superar os principais desafios de desenvolvimento enfrentados no Brasil e no mundo, promovendo o crescimento sustentável global até 2030. Nela a importância da educação como ferramenta para a promoção do desenvolvimento sustentável, cidadania e direitos humanos está presente no Objetivo 4 dos seus 17 Objetivos.

No Brasil já há universidades cuja gestão é classificada como US. O presente trabalho tem como objetivo geral simplificar o conceito de Universidade Sustentável, respeitando os princípios da educação ambiental.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Foi realizada uma revisão bibliográfica desde o surgimento do conceito da palavra até a atualidade, além de estudo feito sobre o conceito das Universidades Sustentáveis, o papel da Educação ambiental nas Universidades, diretrizes e a importância da transição de uma universidade convencional para uma universidade mais sustentável utilizando a plataforma Google Acadêmico, utilizando palavras chaves como “Universidades Sustentável”, “Educação Ambiental e Universidades”, “Sustentabilidade nas Universidades”, “Definição de US”, “Educação ambiental em IES”.

Foram analisados artigos científicos publicados na última década sobre o conceito e história da Sustentabilidade, ademais foram analisados documentos oficiais da Organização Mundial das Nações Unidas (ONU), como “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (2015); “Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano” (1972); “O Futuro que Queremos” (2012), “Declaração de Taillores” (1990); “Nosso Futuro Comum” (1987), que se referem a importância de uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável.

Também foi realizada pesquisa sobre as principais diretrizes seguidas e reconhecidas mundialmente de Universidades Sustentável nos sites IU Green Metric, ISO 26000 e InBS.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme os dicionários gramatical da língua portuguesa, tem -se que a sustentabilidade provém da raiz sustentar, podendo possuir tanto um conceito passivo, como equilibrar-se, manter-se, conservar-se sempre à mesma altura, como um conceito ativo fundamentados em termos ecológicos, como conservar, manter, proteger, fazer prosperar, subsistir. Portanto, infere-se a partir da etimologia da palavra e das filosofias abordadas que a sustentabilidade é um conjunto de ações e estratégias afim de manter uma constância de harmonia do desenvolvimento econômico, social e ecológico do decorrer dos anos, onde a tecnologia e a política prosperam sem afetar de modo irreversível o planeta.

No final da década de 60, o economista italiano Dr. Aurelio Peccei constituiu uma organização internacional não governamental conhecido como o Clube de Roma, onde pessoas ilustres, dentre eles cientistas, educadores, economistas, humanistas, industriais e funcionários públicos, se encontravam para debater sobre assuntos de política e economia global, sobretudo a correlação com meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Em 1972, a pedido do Clube, um grupo de cientistas do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) desenvolveu um relatório com o título de “Limites do Crescimento”, o que fora um dos primeiros estudos feitos acerca da relação do meio ambiente com o desenvolvimento econômico no âmbito geopolítico, onde enfatizava a inviabilidade de um crescimento contínuo e conscientizava a respeito dos danos ambientais e a necessidade de um crescimento sustentável [Limites do Crescimento 1972 p. 11]. Com isso, sucedeu-se em uma escala global a disseminação sobre a questão ambiental e econômica, chegando a diferentes públicos e colocando em pauta a relação entre a conscientização ambiental com o avanço econômico.

No mesmo ano, devido ao engajamento das questões ambientais e a crescente preocupação acerca do assunto, ocorreu a primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente em Estocolmo na Suécia, conhecida como Conferência de Estocolmo, organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) a fim de debater as questões ambientais. Inicialmente, a conferência tinha como objetivo abordar detalhadamente as responsabilidades e nortear as futuras políticas mediante ao meio ambiente através de um Plano de Ação para o Meio Ambiente, no entanto, no decorrer da conferência, houve a criação de um organismo institucional voltado as atividades no âmbito do meio ambiente, o Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Pnuma), órgão responsável em liderar e encorajar a união em prol do meio ambiente, inspirando, informando e encorajando os países a melhorarem

a qualidade de vida sem comprometer as futuras gerações (Gurski, 2012).

Em meio a onda da influência da conscientização ambiental, em 1983 presidida pela primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland, que tinha como os principais objetivos reavaliar as questões críticas ambientais, reformular propostas mais realistas e promover a cooperação internacional, o resultado dessa comissão fora publicado como documento intitulado *Nosso Futuro Comum*, também conhecidos como *Relatório de Brundtland (Nosso Futuro Comum, 1991 p.70)*. de “desenvolvimento sustentável”, em que representa um desenvolvimento viável para o presente sem comprometer o futuro.

As instituições de Ensino Superior (IES) são de grande importância para a incentivo de novas práticas e promoção de conscientização, de nível regional à global, uma vez que possuem um papel fundamental na formação de uma sociedade mais informada, justa e igualitária, sendo o mais elevado nível de educação em um país, onde se obtém uma qualidade de conhecimento mais elevada e mais complexa. Essas instituições promovem formadores acadêmicas e profissionais, avanços nas áreas de tecnologia, saúde, humana e ambiental através de pesquisas científicas, disseminando o conhecimento científico, humanístico e técnico, além da promoção da cidadania através de programas e projetos universitários, em que se coloca em prática os conhecimentos adquiridos no intuito de resolver problemas reais e promover mudanças positivas, aproximando a sociedade da comunidade acadêmica (LDB, 1996, p. 13- 17).

O presidente da universidade Tufts de 2005, Lawrence S Bacow, vendo que o acesso à educação universitária vinha aumentando, convocou líderes de universidades de diversos países para um encontro na França, cuja o objetivo era entender e estabelecer os papéis cívicos e as responsabilidades sociais das IES, além de firmar um compromisso para a formação de uma cultura mais justa e igualitária. A partir dessa comissão, foi elaborado a Declaração de Talloires, que aponta a importância do papel das universidades na sociedade, tanto no servir quanto no fortalecer, através do conhecimento, dos valores e do compromisso com comunidade (The Taillores Network).

Mediante ao exposto, muitas universidades já começaram a se mobilizar para procurar meios de implementar ações possíveis para uma transição de suas instituições para um modelo mais tecnológico e comportamentalista, onde a educação se relaciona com desenvolvimento sustentável, surgindo assim, um novo modelo de universidade, denominado de Universidades Sustentáveis (US).

As US vão muito mais além do conceito que envolve apenas as esferas social-econômico- ambiental, elas devem engajar a participação consciente e consistente dos docentes e discentes da instituição, tornando sua própria gestão interna um modelo de gestão sustentável, para que futuramente consiga envolver os setores de educação com a sociedade. Um dos maiores contribuintes para isto é o incentivo e a implementação Educação Ambiental na comunidade acadêmica, uma vez que ela contribui compreender e difundir a relação e a interrelação da humanidade com todo o meio ambiente nas diferentes camadas da sociedade e da comunidade universitária, fomentando uma ética ambiental publica a respeito da responsabilidade do equilíbrio ecológico e da qualidade de vida, incentivando a cidadania (Zitzke, 2002 apud Tauchen e Brandli, 2006).

A implementação da sustentabilidade nas IES pode enfrentar dificuldades quanto a alguns aspectos, tais como a inflexibilidade pessoal de cada indivíduo à mudança e à inovação; a burocracias institucionais e sistêmicas às mudanças; a percepção preestabelecida do que seria sustentabilidade, porém ele também aponta fatores que favorecem a implementação de suas vantagens, como a formalização do compromisso dos líderes e gestores da universidade juntamente da instituição para com a sustentabilidade, a abordagem participativa dos docentes na implementação da US, a disseminação do conhecimento acerca do assunto, além da integração da sustentabilidade nos currículos (Bizerril, 2018 p. 427).

4 CONCLUSÃO

Qualquer universidade pode ser sustentável. Pois a sustentabilidade pode ser trabalhada nas instituições de maneira simples e barata, necessitando apenas do compromisso e dedicação dos gestores universitários, incentivando a procura de meios de manter o contínuo desenvolvimento de um modo mais harmônico com a natureza, zelando em preservar os recursos naturais para gerações futuras, além de incentivar o alcance dos direitos humanos e da igualdade social, por meio da Educação Ambiental.

Ou seja, uma Universidade, para que se seja considerada sustentável, não precisa ser construída com materiais sustentáveis, investir em placas energia solar, ter um encanamento de reuso de água, entre outros métodos, apesar de serem meios menos agressivos com o meio ambiente, não são cruciais para sua preservação. A sustentabilidade nas IES vai mais além, pois o maior recuso que uma instituição pode ter para ser sustentável é o incentivo da Educação Ambiental em toda a sua comunidade em que ela está inserida, quando o incentivo e divulgação acerta da sustentabilidade, tanto por meios de pesquisas e projetos sociais quanto por ações e comprometimento dos gestores e do corpo docente, a fim de conscientizar a comunidade acadêmica da importância da educação ambiental e da sustentabilidade, aproximando-a da sociedade.

Para isto, muitas organizações, a fim de incentivar e promover a sustentabilidade, formularam diretrizes a serem seguidas como metas para ajudar instituições a realizar ações sustentáveis de um modo mais adaptável a sua realidade. Tais diretrizes sugeridas são formuladas respeitando os princípios da sustentabilidade e recebem selo de certificação, como por exemplo a Norma Orientadora Internacional (ISO) 26000, onde tem como objetivo disponibilizar normas voluntárias possíveis de se adequar ao tipo de empresa, respeitando sua localidade, limitação e cultura, na implantação e desenvolvimento de políticas sustentáveis, e avaliando seu desempenho em responsabilidade social. Seguindo esse princípio, o UI GreenMetric World University Ranking, tem como finalidade medir os esforços referente a sustentabilidade nas universidades, seguindo como base as práticas e compromissos das mesmas, avaliando e pontuando cada uma, com objetivo de incentivar a consciência sustentável e a promoção de ações para reduzir e emissão de gás carbônico e combater as mudanças climáticas.

REFERÊNCIAS

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2024. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/desenvolvimento-sustentavel/>>. Acesso em: 15/12/2023.

Meadows, D. et al. Limites do Crescimento: Um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o Dilema da Humanidade. 2º Ed. São Paulo, Brasil: Editora Perspectiva S.A, 1978. GURSKI, Bruno; GONZAGA, Roberto; TENDOLINI, Patricia. *Conferência de Estocolmo: um marco na questão ambiental*. Administração de Empresas em Revista, v. 1, n. 7, p. 65-79, 2012.

Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso Futuro Comum*. 2a Ed. Rio de Janeiro-RJ: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/LDB.htm.pdf>>. Acesso em: 17/02/2024

Network, Talloires. A DECLARAÇÃO TALLOIRES: Sobre os Papéis Cívicos e Responsabilidades Social do Ensino Superior. Disponível em: <<https://talloiresnetwork.tufts.edu/wp-content/uploads/DeclarationinPortuguese.pdf>>. Acesso em: 09/03/24

TAUCHEN, Joel; BRANDLI, Luciana Londero. A gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário. **Gestão & Produção**, v. 13, p. 503-515, 2006.

BIZERRIL, Marcelo Ximenes Aguiar; ROSA, Maria João; CARVALHO, Teresa. Construindo uma universidade sustentável: uma discussão baseada no caso de uma universidade portuguesa. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 23, p. 424-447, 2018.

BIZERRIL, Marcelo Ximenes Aguiar; ROSA, Maria João; CARVALHO, Teresa. Construindo uma universidade sustentável: uma discussão baseada no caso de uma universidade portuguesa. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 23, p. 424-447, 2018

BRASIL. **Lei 9.795/99, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Publicada em D.O. de 28/04/1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/LEIS/L9795.htm. Acesso em: 15/05/2023.

MAYOR, F. Preparar um futuro viável: ensino superior e desenvolvimento sustentável. In: Conferência mundial sobre o ensino superior. Tendências de educação superior para o século XXI. Anais. Paris:1998

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2016. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals.html>. Acesso em: 29/10/2020.

Universitas Indonésia (UI). UI GreenMetric World University Ranking. Disponível em: USP ou PUC-Rio. Acesso em: 08/04/2024